

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

“Com os grandes progressos que têm tido os meios de fazer a guerra, sou de opinião que nos devemos manter em condições de agir com mais presteza e eficiência.

Parece-me inconcebível que ainda se discuta a questão da necessidade de união administrativa e de comando dos órgãos superiores, sob a forma de um ministério único, que presida as três Forças Armadas, cuja existência tem uma finalidade única — a defesa nacional”.

General Omar N. Bradley, do Ex. Americano (Ex-Cmt. de Gr de Ex no Teatro de Operações da Europa Ocidental).

As Escolas Regimentais — Um Complemento da Instrução da Tropa

Cel. *ARMANDO VASCONCELOS*

Dentro de sua finalidade precípua, o Exército de paz (se ainda fôr lícito admitir esse conceito,) nos países novos e com índice educacional precário como o nosso, não pôde ser indiferente, ao revés deve se integrar no sistema nacional de educação, impulsionando a campanha pela alfabetização e elevação do nível de instrução *secundário* do contingente em idade militar.

Inicialmente, e isso já vai por muitos anos, as Escolas Regimentais foram criadas, aproveitando o tempo do Serviço Militar, com a dupla finalidade: — alfabetização da grande massa de conscritos que ele atingia; — seriação da instrução buscando complementar a bagagem de conhecimentos de seus homens nos graus primário e até secundário, afim de permitir-lhes adquirir as noções básicas indispensáveis que os habilitassem aos diferentes postos e funções previstos na hierarquia militar, até sargento de fileira.

A iniciativa logrou os melhores resultados.

Lançou-se assim a campanha pela alfabetisação que, por volta do ano de 1920, assumiu um novo aspecto, mais premente. Eram os brasileiros filhos de alemães e polacos que se incorporavam sem sequer pronunciar uma única palavra do idioma pátrio!

Várias medidas complementares, infelizmente restritas ao meio militar, foram tomadas para que fossem restituídos á vida civil mais brasileiros, fazendo despertar neles o sentimento pátrio que lhes faltava, menos por sua própria culpa do que da falta de assistência do poder público que os deixava insulados na colonia, sem qualquer contáto com a sua pátria verdadeira.

Com mais essa sobrecarga, as Escolas Regimentais, começaram a periclitar por falta de meios e especialmente de professores. Utilizando apenas os próprios oficiais arregimentados, sargentos e conscritos alfabetizados, não podiam levar a termo, em boas condições de eficiência, os programas que não se moldaram aos objetivos propostos por falta de uniformização, metodologia e feição prática de utilidade futura. O trabalho era apenas iniciado e depois interrompido para produzir efeitos negativos em adultos que retornavam ao seu primitivo rincão com outros reflexos...

Descurrou-se, assim, paulatinamente do aspecto ensino de humanidades nos seus diferentes gráus cuja necessidade cada vez mais se faz sentir na formação de cabos e sargentos, devido ao nível médio de preparo do contingente incorporado anualmente ser muito baixo e não permitir um rendimento satisfatório, comparado com o esforço abnegado dos oficiais e sargentos instrutores não especializados. O curto tempo do serviço militar não lhes dava o cabedal necessário. Falavam os fundamentos do ensino técnico profissional que seriam mais reflexos e, sobretudo continuidade nos programas.

A crise se foi cada vez mais acentuando em face da escassez de oficiais nos quadros subalternos da tropa e de sargentos, em face das exigências da organização e da instrução

profissional propriamente dita. Além disso, a precariedade do equipamento escolar adequado; a inexistência de métodos pedagógicos modernos, inacessíveis a grande número de auxiliares do oficial encarregado da Escola; a falta de sistematização do ensino a base de programas homogêneos e padronizados, além de outras deficiências próprias da organização que se projetou, carente de meios para aqueles fins; tudo isso concorreu para um abaixamento do rendimento desejado. O agravamento da tarefa normal dos oficiais instrutores, responsáveis pela formação da reserva, pelo acúmulo de funções a que normalmente é obrigado, comprometeu todo o sistema — abreviando seus objetivos imediatos.

Não se cometa, porém, a injustiça de desmerecer o esforço e a abnegação dos nossos oficiais e sargentos.

Em face dessa dificuldade, descentralizou-se o ensino no aspecto alfabetização, atribuindo-o à responsabilidade dos Cmts de sub-unidades, sem a participação do Diretor da Escola Regimental, verdadeiro assessor técnico do Cmt da Unidade, cuja responsabilidade não pôde ser transferida.

A Escola Regimental reservou-se o ensino primário e alguns conhecimentos mais gerais, visando a complementação da bagagem intelectual dos alfabetizados, candidatos forçados a cabos, sargentos e especialistas.

Ainda assim, não se conseguiu atenuar a crise por falta de pessoal habilitado ao ensino e a Escola não constitui atrativo, tanto para professores como alunos. Os oficiais, em número deficiente em grande número de corpos, notadamente do interior, já não podiam desincumbir-se satisfatoriamente dos encargos normais pois, em regra, acumulam duas e até mais funções. Os quadros de sargentos, mantinham-se também em crise e como eram recrutados para a Escola dentre os quadros das sub-unidades, não podiam desincumbir-se satisfatoriamente pois sobre eles recaía também o trabalho da alfabetização em suas sub-unidades, além do serviço comum.

E não tardou o recurso para o Concurso de professores civis que ainda hoje se mantém. Seriam eles designados pe-

los Governadores ou Interventores Estaduais e Municipais ou, *na falta*, por contratados a conta dos Corpos interessados. Novo erro, a participação do professor bem como do ensino continuava facultativo.

Em 18 de Nov. de 1938, o govêrno baixava o Dec. 868, criando uma Comissão Nacional do Ensino Primário, para a nacionalização do ensino. Faltou-lhe o complemento: a preparação do professor. O Professor Lourenço Filho elaborou um projeto neste sentido, segundo estou informado, mas não logrou aprovação.

Os resultados, como era de prever, não são satisfatórios. E as Escolas Regimentais, apesar da magnificencia de sua finalidade, passaram a constituir um obice no quartel!

E' que, como sóe acontecer, criou-se o órgão para atender uma necessidade palpavel e não se lhe deu organização compativel com a função a desempenhar, fazendo-se simplificações com mutilações condenáveis.

Atente-se agora que estamos em um país de cerca de 60 % de analfabetos cujo progresso, é incontestemente, só poderá esteiar-se na educação e na saúde. Si assim é e estamos na vigência da lei do Serviço Militar tão patrióticamente aceita pelo nosso generoso e magnífico homem, porque não resolve-lo satisfatóriamente, se é ponto pacífico que, por essa fórmula, podemos multiplicar de chofre o número de Escolas, primárias e secundárias mesmo, com o aproveitamento das instalações de cada um de nossos quartéis, com o mínimo de dispêndio e o máximo de colaboração e ambiente?

Não nos esqueçamos a essa altura de advertir que somos um país pobre em que faltam escolas e recursos a uma grande massa de cidadãos para se educar e progredir, acompanhando o ritmo de nossa civilização periférica. Além disso, o Exército é um fator decisivo no esforço de nacionalização.

Inspiraram-me essas idéias, já de há muito alimentadas, a campanha do tostão, inaugurada no govêrno passado; o selo de educação que se criou com esse objetivo sem que, no entanto, saíssemos do terreno da pura concepção. Falta a

ação, mas coordenada. E' chegado o momento de agir que nos parece o mais propício, por um imperativo mesmo das necessidades da instrução do Exército.

A guerra moderna, com todo o seu cortejo de horrores e de destruição, vale como um teste do estágio de civilização dos povos, pois arregimenta todos os valores nacionais e utiliza os recursos da técnica, da indústria e da ciência quer próprios como de seus aliados, para obter a integração do poder de sua vontade nos campos da luta.

Dai, a complexidade e multiplicidade da organização e equipamento dos Exércitos, exigindo, no dizer de De Gaulle, um Exército Profissional. Na própria categoria do soldado encontramos a exigência de certa habilitação intelectual para que melhor possa utilizar os engenhos bélicos complicados que a técnica, lhe põe ás mãos para lutar. São os multiplos especialistas e artífices, que se têm que fazer, combatentes ou dos órgãos de serviços. O nosso homem, não há dúvida, é inteligente, habilidoso e oferece um índice de adaptação e assimilação inexcedíveis. Porque não o ajudarmos a melhor compreender o seu valor como homem e patriota, no momento em que a Pátria o convoca a seu serviço, já que não o pode fazer antes?

Ele assim será mais digno desta Pátria que o abençôa e protege.

Não se trata, pois, de criar nada novo, trata-se sim de organizar esse setor e aparelhá-lo convenientemente. Do mesmo modo que fazemos o educador da instrução física, seleccionemos o educador da E. Regimental.

Que seria necessário para isso?

- 1.º) Elaborar um programa racional de ensino — padrão para toda sas Escolas Regimentais — coordenado pela Diretoria de Ensino do Exército e que permita:
 - a) a alfabetisação
 - b) o ensino primário nos seus diferentes graus

- c) o ensino secundário necessário ás diferentes gradações (cabos e sargentos) visando não só o desenvolvimento e aperfeiçoamento do nível cultural adquirido como orientando-o no sentido de sua especialização e aptidão profissional.
- d) o ensino técnico-profissional para os candidatos a artifices, complementar da prática de oficina, bem como para os que provierem das zonas rurais, as noções fundamentais teórico-práticas para a cultura da terra, avicultura e criação de porcos, ovelhas etc., segundo as regiões de seu domicilio.
- 2.º) Que o govêrno procure, mediante nomeação ou comissionamento, o pessoal docente necessário, mediante preparo em Escolas Normais Superiores, bem como técnicos especializados ou mesmo monitores agrícolas, aproveitando o grande número de professores diplomados existentes no país e não incluídos nos quadros do magistério, lançando mão para isso da verba especial do selo de educação.
- Os encarregados das Escolas devem ser recrutados entre os professores consagrados com, pelo menos, 3 anos de magistério. Os técnicos de agricultura ou monitores ficarão a cargo do Ministério da Agricultura ou dos secretários respectivos dos Estados, sob orientação direta de representantes da divisão de Terras e Colonização.
- 3.º) As Escolas ficam associadas ás unidades do Exército e serão orientadas diretamente pelos respectivos comandantes, a que ficarão subordinados disciplinar e administrativamente, de acôrdo com o art. 295 do R. I. E. G.
- 4.º) A Caixa de Economias da Guerra auxiliaria, a critério do ministro da Guerra, com os recursos necessários, o aparelhamento material das respectivas Escolas, correndo as demais despesas a custa das

Economias administrativas dos Corpos, segundo instruções a serem baixadas pelo ministro.

- 5.º) Os professores das Escolas, especialmente nomeados, deverão habilitar-se mediante um curso, a proceder a seleção psicológica dos homens desde sua incorporação, podendo ingressar no Q.O.A. do Exército desde que possuam diploma da Escola Normal oficial e hajam servido pelo menos, 2 anos consecutivos com bom rendimento.
- 6.º) A Escola deverá iniciar sua tarefa desde a incorporação, onde sua influência se torna preponderante e só encerrará seus trabalhos com a desincorporação e após o período de indisponibilidade, para os residentes locais.

Já estávamos encerrando nossas observações quando tivemos a grata surpresa de ler no conceituado matutino "O Jornal", do dia 8 de Março uma crônica do "Observador Militar" a respeito, e nos congratulamos por verificar que já existe um projeto elaborado por um 2.º Ten. da reserva convocado, professor diplomado pelo Distrito Federal sobre o mesmo assunto, apresentando pontos de vista comuns.

Apenas divergimos sobre a constituição inicial do quadro de professores incorporado ao Q.O.A. e nos explicamos:

O Q.O.A. foi criado com outra finalidade e a incorporação pura e simples, dos professores viria agravar o orçamento do Ministério quando o problema sobre estar inteiramente vinculado a formação do soldado, tem finalidades mais amplas visando valorizar o homem e por isso deve interessar outros Ministérios e valer-se de verba adequada. Na sua amplitude o problema é do âmbito nacional e de programa de governo. A experiência nos revela que o Exército por si só não pôde desempenhar-se simultaneamente dos dois encargos com os seus recursos exclusivos. A falta de professores pôde muito bem suprir-se com professores civis, inclusive sem nenhum prejuízo, antes beneficiando o meio social

em que vivemos, pelo respeito que se imporão. Ademais, é tão elevada e nobre a iniciativa que não poderemos prescindir do concurso voluntário de professores de outros estabelecimentos locais, do clero e dos próprios conscritos que concorrerão para completar a obra de conguração do povo.

Achamos que o professor só deve ser admitido no Q.O.A. após uma experimentação, além de seus títulos de habilitação e de ter-se preparado para auxiliar o selecionamento e a classificação do homem-aptidão de que tanto descuramos e que tanto tem onerado a tarefa dos instrutores militares.

Uma vez habilitados nesse mister que é seu e intrinseco da psicologia do professor, eles ingressarão no Exército, naquele quadro, podendo então concorrer com os oficiais recrutadores e colaborando para o aperfeiçoamento e eficiência do serviço militar, embora sem perder sua condição de professores que existe ligada á Escola.

Seria injusto que os mantivessemos num quadro fechado com acesso restrito ao 1.º Ten. como atualmente. Possivelmente sua hierarquia chegaria a Cap. ou mesmo major com a regalia de poder transferir-se para guarnições mais importantes á medida de seu progresso e rendimento.

O que não resta dúvida é que as Escolas Regimentais existem por um imperativo do meio e do Serviço e precisa produzir mais dentro de suas finalidades.

Urge prestigia-la, aparelha-la e vincula-la com o sistema educacional do Estado porque então teremos facilitado, a formação de nossa reserva instruída e concorrido também para valorizar o homem brasileiro que é bom por genese, bravo por índole e por um amor inexcedível a sua Terra bemfazeja.

Que nossas sugestões possam servir para uma solução mais acertada e para a meditação dos camaradas, são nossos melhores propositos.